

MPF consegue decisão que determina obras na Casa do Índio e recorre para que União e Funai também indenizem comunidades indígenas

PÁGINA 04

Ano XVII - Edição 917

Porto Velho - RO, 17 de dezembro de 2025

R\$ 2,00

PF realiza incineração de entorpecentes apreendidos em Guajará-Mirim



Climatização de toda a estrutura do prédio foi solucionada.

PÁGINA 05

ARDPV divulga balanço de ações 2025



Novos canais de comunicação também foram implantados para facilitar contato.

PÁGINA 03

Alex Redano indica distribuição de mudas de café e calcário para Primavera



Indicação à Seagri solicita insumos para fortalecer a cafeicultura e melhorar a produtividade no município.

PÁGINA 02

Assembleia, produtores e governo debatem crise da cadeia produtiva do leite em Rondônia



Audiência pública, em Ariquemes, propôs estado de calamidade pública, CPI e comissão especial; Público acompanha a audiência pública que discutiu a crise da cadeia leiteira.

PÁGINA 03

Rondônia ganha centro que monitora efeitos das mudanças climáticas na saúde



Centro prepara SUS para lidar com eventos climáticos extremos.

PÁGINA 04

PF deflagra operação contra tráfico internacional de brasileiros



Estão sendo cumpridos 11 mandados judiciais de busca e apreensão em 5 estados.

PÁGINA 06

Alex Redano indica distribuição de mudas de café e calcário para Primavera de Rondônia

O deputado estadual Alex Redano (Republicanos) apresentou indicação ao governo de Rondônia, com encaminhamento à Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri), solicitando a disponibilização de mudas de café e calcário agrícola para atender produtores rurais do município de Primavera de Rondônia.

A proposta tem como objetivo fortalecer a agricultura local, especialmente a cafeicultura, atividade que representa importante fonte de renda para diversas famílias da região. De acordo com o parlamentar, a demanda foi apresentada por produtores do município, que relataram a necessidade de apoio para a renovação e ampliação dos cafezais, além da correção da acidez do solo — fator

essencial para o aumento da produtividade.

Entre os benefícios apontados na indicação estão a melhoria da fertilidade do solo, o incremento da produção agrícola, a geração de renda no campo e o fortalecimento do desenvolvimento econômico de Primavera de Rondônia. O deputado ressaltou que a distribuição de mudas e calcário pode ampliar a sustentabilidade e a competitividade da produção local.

Alex Redano também destacou que a indicação atende a solicitação do vereador Diego Coutinho Flores, reforçando a parceria entre os legislativos estadual e municipal na busca por soluções voltadas à população rural. “Estamos atentos às de-



Indicação à Seagri solicita insumos para fortalecer a cafeicultura e melhorar a produtividade no município.

mandas dos produtores e sabemos da importância do apoio do Estado para garantir melhores condições de produção no campo. Essa ação pode fazer a diferença na vida de muitas famílias e no crescimento econômico do município”, afirmou.

Gestão municipal publica novo PPA e anuncia as ações e investimentos



Documento define investimentos e metas em saúde, educação, infraestrutura e inclusão social até 2029.

A Prefeitura de Porto Velho publicou o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, principal instrumento de planejamento de médio prazo do município, que define as prioridades e a aplicação dos recursos públicos pelos próximos quatro anos. Elaborado pela Secretaria Municipal de Economia, o documento foi construído a partir de diagnóstico técnico das secretarias e contou com ampla participação popular, por meio de audiências públicas e consulta digital, que reuniu mais de 1.300 contribuições da população. Após consolidação, o PPA foi aprovado pela Câmara Municipal.

O plano prioriza investimentos em áreas essenciais, com destaque para saúde, educação, infraestrutura e assistência social. Na saúde, estão previstas ações para fortalecer a atenção básica, ampliar atendimentos especializados, garantir medicamentos e reforçar a vigilância sanitária. Na educação, o foco inclui a primeira infância, com construção e modernização de escolas e creches, além de investimentos em tecnologia, transporte escolar e educação inclusiva.

Em infraestrutura, o PPA prevê pavimentação, drenagem urbana, modernização da iluminação pública com tecnologia LED e recuperação de estradas rurais. Já na área social, o plano reforça políticas de proteção a famílias em situação de vulnerabilidade, ações voltadas à mulher, ao idoso e à segurança alimentar. A Prefeitura informou que todas as metas e indicadores do PPA serão monitorados continuamente, com acompanhamento disponível no Portal da Transparência e em audiências pú-

blicas de prestação de contas.

Além disso, o PPA 2026–2029 estabelece como eixo estratégico a modernização da gestão pública municipal, com investimentos em tecnologia, digitalização de serviços, capacitação de servidores e melhoria dos mecanismos de transparência e controle. A proposta é tornar a administração mais eficiente, integrada e orientada a resultados, facilitando o acesso do cidadão aos serviços públicos e fortalecendo o planejamento e a execução das políticas municipais ao longo dos próximos anos.

O plano também prevê o fortalecimento do controle social e da participação popular durante sua execução, por meio de audiências públicas periódicas e canais digitais de diálogo com a população. A gestão municipal destaca que o acompanhamento constante permitirá ajustes nas ações, garantindo que os investimentos atendam às reais necessidades dos bairros, distritos e da zona rural de Porto Velho.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48

Fundado em 19 de Novembro de 2008

Avenida Campos Sales, 5156 - Eletronorte
CEP: 76808-458 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99396-8937

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Assembleia, produtores e governo debatem crise da cadeia produtiva do leite em Rondônia



Audiência pública, em Ariquemes, propôs estado de calamidade pública, CPI e comissão especial.

A grave crise da cadeia produtiva do leite em Rondônia foi debatida em audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa (Alero), em Ariquemes, reunindo produtores, técnicos, parlamentares e representantes do governo estadual. O encontro evidenciou o esgotamento econômico da atividade, com custos de produção superiores ao preço pago ao produtor, falta de previsibilidade, endividamen-

to e pressão de produtos importados, especialmente leite em pó.

Durante o debate, produtores defenderam medidas emergenciais, incluindo o reconhecimento de estado de calamidade econômica do setor. O governo apresentou ações já em curso, como apoio técnico, fornecimento de insumos, melhoramento genético e retomada da Câmara Setorial do Leite, além da

análise de alternativas tributárias para reduzir impactos das importações. Parlamentares também cobraram mais transparência e defenderam a abertura de uma CPI para investigar a cadeia produtiva.

Ao final, houve consenso de que a crise é estrutural e exige ações coordenadas. Entre os encaminhamentos estão a possível decretação de calamidade pública do leite, a criação de uma CPI e de uma comissão parlamentar especial para aprofundar o tema. As propostas serão deliberadas em sessão extraordinária da Alero.

A audiência também reforçou a importância do setor leiteiro para a economia dos municípios do interior, responsável pela geração de emprego, renda e fixação do produtor no campo. Parlamentares alertaram que o agravamento da crise pode provocar abandono da atividade, fechamento de pequenas propriedades e impactos diretos no comércio local, tornando urgente a adoção de políticas públicas permanentes que garantam equilíbrio econômico, segurança jurídica e sustentabilidade à produção de leite em Rondônia.

ARDPV divulga balanço de ações 2025

A Agência Reguladora e de Desenvolvimento de Porto Velho (ARDPV) é responsável por regular, fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados no âmbito municipal. A agência tem como missão principal garantir a prestação de serviços de qualidade à população, estabelecendo parâmetros justos para tarifas e serviços, por meio de ações de fiscalização, controle e regulação que asseguram transparência, eficiência e equilíbrio entre os interesses dos usuários, do poder público e dos prestadores de serviço.

A ARDPV realizou balanço das ações desenvolvidas recentemente, com destaque para o atendimento às demandas da população relacionadas aos serviços públicos essenciais no município. Os dados foram analisados a partir de julho, nos meses anteriores não houve abertura de processos na Ouvidoria visto que nesse período o órgão estava em fase de implementação. De acordo com o

levantamento, a ARDPV registrou cinco denúncias relacionadas ao serviço da rodoviária, envolvendo principalmente reclamações sobre organização, atendimento e condições estruturais. Todas as ocorrências foram devidamente encaminhadas para análise técnica e adoção das providências cabíveis junto aos responsáveis pela gestão do espaço, reforçando o papel fiscalizador da agência.

Outro ponto que merece atenção no balanço é o serviço de coleta de lixo, que concentrou o maior número de manifestações da população, com 56 reclamações registradas. As queixas estão relacionadas, em sua maioria, a atrasos na coleta, falhas no atendimento em determinados bairros e necessidade de regularização do serviço. A ARDPV acompanha de perto essas demandas, cobrando soluções e melhorias junto à empresa responsável, com o objetivo de garantir a prestação adequada do serviço à população.



Novos canais de comunicação também foram implantados para facilitar contato e registro de demandas da população.

Destaque também para a implantação de novos canais de comunicação para facilitar o contato com a população e o registro de demandas. Agora, é possível entrar em contato pelo WhatsApp da diretoria: (69) 3901-6331 e pelo e-mail institucional: ouvidoria.ardpv@portovelho.ro.gov.br. Além disso, a agência disponibiliza um formulário digital e um livro de registro físico para registrar informações e solicitações.

Rondônia ganha centro que monitora efeitos das mudanças climáticas na saúde



Centro prepara SUS para lidar com eventos climáticos extremos. Espaço também pretende valorizar o conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades ribeirinhas.

A Fiocruz inaugurou nesta terça-feira (16) o Centro de Clima e Saúde de Rondônia (CCSRO), instalado na nova sede da instituição em Porto Velho. O

espaço foi criado para estudar como as mudanças climáticas afetam a saúde das populações da Amazônia.

O Centro está

alinhado ao Adapta-SUS, plano nacional que prepara o Sistema Único de Saúde (SUS) para lidar com eventos climáticos extremos. O objetivo é transformar o

local em um polo de pesquisa, inovação e formação, reunindo especialistas de diferentes áreas para entender a relação entre clima, saúde e meio ambiente.

Além da produção científica, o Centro pretende valorizar o conhecimento tradicional de povos indígenas e comunidades ribeirinhas, incorporando essas experiências às pesquisas e estratégias de saúde.

O CCSRO também vai atuar como referência em vigilância sanitária e no estudo de doenças relacionadas ao desmatamento e às alterações ambientais. Entre as áreas de pesquisa estão doenças emergen-

tes, determinantes socioambientais da saúde e o conceito de Saúde Única, que integra saúde humana, animal e ambiental.

O novo espaço ainda vai oferecer capacitação para profissionais que atuam no monitoramento de eventos climáticos e pretende atrair investimentos e parcerias com empresas, universidades e governos.

A Fiocruz também prevê acordos de cooperação nacionais e internacionais, além da participação ativa de movimentos sociais e povos tradicionais na construção das ações.

MPF consegue decisão que determina obras na Casa do Índio e recorre para que União e Funai também indenizem comunidades indígenas



Educação, saúde, infraestrutura, agricultura e cidadania foram contempladas durante solenidade realizada no último sábado.

O Ministério Público Federal (MPF) recorreu da decisão judicial que negou indenização por danos morais às comunidades indígenas atendidas pela Casa do Índio, em Porto Velho, e pede que a União e a Fundação Nacional dos Povos

Indígenas (Funai) sejam condenadas a compensar os prejuízos sofridos. A ação aponta que o local, utilizado há mais de 50 anos por indígenas de diversas etnias, encontra-se em condições insalubres, perigosas e incompatíveis com a

dignidade humana.

Embora a primeira instância tenha negado a indenização, a Justiça determinou que União e Funai realizem, em até 90 dias, um diagnóstico técnico completo do imóvel e executem obras emergenciais, seguidas de reforma estrutural e implantação de um plano permanente de manutenção. Laudos técnicos e sanitários classificaram o espaço como de alto risco, com problemas estruturais, falhas nos sistemas de água, energia e esgoto, além de más condições de higiene. O MPF sustenta

que a Casa do Índio exerce papel essencial como espaço de apoio, referência cultural e extensão do território tradicional indígena no contexto urbano. O órgão defende que a recuperação do imóvel deve contar com a participação direta das comunidades atendidas, com consulta prévia e informada, e seguirá acompanhando o cumprimento das medidas determinadas pela Justiça.

Além do pedido de indenização, o MPF destaca que a omissão prolongada do poder público contribuiu para o agravamento da

situação, expondo indígenas a riscos à saúde e à integridade física. Segundo o órgão, a responsabilização da União e da Funai tem caráter pedagógico e busca evitar que situações semelhantes se repitam, reforçando a obrigação do Estado de garantir condições dignas de acolhimento e respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas. O Ministério Público Federal também ressalta que a precariedade da Casa do Índio compromete o acesso dos povos indígenas a políticas públicas básicas, como saúde e assistência social.

Projeto que cria piso salarial para técnicos da Educação avança na Câmara e acende alerta para impacto de R\$ 20 bilhões nos municípios

A aprovação do Projeto de Lei nº 2.531/2021 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados reacendeu o alerta entre os gestores municipais sobre o avanço de propostas que ampliam despesas obrigatórias sem a devida compensação financeira. A matéria, aprovada por unanimidade na semana passada, institui o piso salarial profissional nacional para os quadros técnico e administrativo da Educação Básica e pode gerar um impacto estimado em R\$20,1 bilhões aos cofres municipais.

A proposta prevê a criação de piso salarial e adicional de insalubridade para profissionais como merendeiros, porteiros, vigilantes e outros servidores da área administrativa da educação. O texto vincula os valores ao piso do magistério, o que significa que reajustes concedidos aos professores teriam reflexo automático sobre esses cargos, ampliando de forma significativa a folha de pagamento das prefeituras.

A Associação Rondoniense de Municípios (AROM) manifestou posicionamento contrário à

ampliação de despesas obrigatórias decorrentes de projetos aprovados pelo Congresso Nacional sem a realização de estudos adequados de impacto financeiro sobre os municípios, especialmente em um ano marcado por quedas nos repasses do FPM e pelo aumento de outros encargos que pressionam ainda mais as finanças municipais.

Com a aprovação na CCJC, o projeto poderá seguir diretamente ao Senado Federal, caso não haja requerimento para votação em Plenário. Diante desse cenário, a CNM anunciou



A matéria, aprovada por unanimidade na semana passada, pode gerar um impacto estimado em R\$20,1 bilhões aos cofres municipais.

que intensificará a mobilização junto aos gestores municipais para sensibilizar os parlamentares sobre o impacto da medida e a necessidade de apoio financeiro da União.

A AROM também atuará de forma arti-

culada, mobilizando os gestores rondonienses e dialogando com a bancada federal do estado, com o objetivo de defender os interesses dos municípios e buscar soluções que garantam sustentabilidade financeira às administrações locais.

Ferramenta digital acompanha ações de auditoria e viabiliza controle e transparência institucional no Iperon



O novo dashboard é uma ferramenta que moderniza o acompanhamento das ações de auditoria e fortalece a governança institucional.

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (Iperon) concluiu neste mês de dezembro a entrega de acesso e alimentação dos dados do dashboard, a nova ferramenta do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), que moderniza o acompanhamento das ações de auditoria

e fortalece a governança institucional. A solução permite visualizar, em tempo real, o andamento das auditorias, metas e prazos, oferecendo mais precisão às análises e ampliando a transparência para públicos internos e externos.

Integrado ao Plano de Ação da Auditoria Interna (2025),

a nova ferramenta foi deliberado em reunião do dia 19 de agosto e foi desenvolvida para substituir controles manuais e consolidar, em um único ambiente, todas as informações necessárias para monitorar a execução do PAAI.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a transparência também ganha destaque com a nova solução. “Ao tornar essas informações acessíveis ao público, reforçamos o compromisso com uma cultura de clareza, responsabilidade e governança sólida,” pontuou.

Com painéis dinâmicos e gráficos interativos, o sistema

apresenta dados sobre metas estabelecidas, cronogramas, status das auditorias e entregas previstas, oferecendo uma visão clara e estratégica do desempenho institucional. A atualização das informações é realizada diretamente pela unidade responsável, garantindo autonomia, segurança e maior confiabilidade ao processo.

Segundo o Presidente do Iperon, Tiago Cordeiro, a ferramenta aprimora significativamente a capacidade de análise e tomada de decisão. “Esse novo sistema vai permitir que ajustes sejam feitos e fortaleça a atuação preventiva e corretiva das áreas

envolvidas. Isso representa um avanço importante, pois amplia a possibilidade de monitorar resultados, antecipar demandas e alinhar ações às metas organizacionais, contribuindo para que o Iperon tenha uma gestão mais eficiente e orientada a evidências”, afirmou.

De acordo com o Diretor de Tecnologia, Rudny Wallas, o novo dashboard é a materialização da estratégia de consolidação e governança de dados. “Ao centralizar as informações do PAAI, garantimos a integridade e a confiabilidade que são essenciais para uma gestão ágil e orientada a evidências”, ressaltou.

PF apreende 380 litros de gasolina de origem estrangeira em Guajará-Mirim



Ação conjunta com a PM/RO, PRF e CCPI Amazônia ocorreu no âmbito da Operação Madeira-Mamoré que combate crimes transfronteiriços.

Nesta segunda-feira (15/12), a Polícia Federal, em ação conjunta com a Polícia Militar de Rondônia, Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Coordenação de Combate aos Crimes na Fronteira

Amazônica (CCPI Amazônia), apreendeu aproximadamente 380 litros de gasolina de origem estrangeira, durante ação de fiscalização em Guajará-Mirim.

No decorrer da

ação, dois cidadãos de nacionalidade boliviana foram conduzidos à Delegacia de Polícia Federal para a adoção dos procedimentos legais cabíveis. O combustível apreendido foi encaminhado à Receita Federal do Brasil, para as providências administrativas pertinentes.

A Operação Madeira-Mamoré integra ações permanentes de fiscalização e repressão aos crimes transfronteiriços, reforçando a atuação integrada das forças de segurança na região de fronteira.

A apreensão ocorreu durante barreiras

montadas em pontos estratégicos do município, região que faz fronteira direta com a Bolívia e é considerada sensível ao contrabando de combustíveis e outros ilícitos. Segundo as forças de segurança, o material estava sendo transportado de forma irregular, sem documentação fiscal ou autorização legal para ingresso no território nacional.

De acordo com a Polícia Federal, o combustível estrangeiro representa risco à segurança ambiental e econômica, além de prejuízo aos cofres públicos, uma vez que entra no país

sem o recolhimento de impostos. O transporte clandestino também oferece perigo à população, devido às condições precárias de armazenamento e ao risco de acidentes.

A Operação Madeira-Mamoré segue em andamento e faz parte de um conjunto de ações contínuas para coibir crimes como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e outros delitos praticados na faixa de fronteira. As forças envolvidas reforçaram que novas fiscalizações devem ser intensificadas nos próximos dias em Guajará-Mirim e municípios vizinhos.

PF deflagra operação contra tráfico internacional de brasileiros

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta terça-feira (16), a Operação Dark Bet, contra tráfico internacional de brasileiros. O objetivo é apurar e reprimir a atuação de organização criminosa responsável pelo aliciamento e envio de pessoas ao exterior para fins de exploração laboral e coação à prática de crimes cibernéticos.

Estão sendo cumpridos 11 mandados judiciais de busca e apreensão nos estados do Ceará, Maranhão, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, além de medidas

cautelares pessoais e patrimoniais, como bloqueio e sequestro de bens e valores que superam R\$ 446 milhões, bem como 4 prisões temporárias, expedidos pela Justiça Federal.

Além disso, a Justiça Federal determinou a suspensão das atividades empresariais das pessoas jurídicas envolvidas, além da retirada do ar de duas plataformas de jogos esportivos (BETs).

Segundo a PF, as investigações tiveram início com a prisão de 109 pessoas na Nigéria, entre elas

cinco brasileiros, acusados da prática de crimes cibernéticos. Os brasileiros foram contratados por uma empresa de jogos esportivos (BET), que opera duas plataformas no território nacional. “A operação de hoje visa à coleta de provas, à interrupção das atividades criminosas e à responsabilização dos envolvidos, incluindo a apuração de crimes como tráfico internacional de pessoas para fins de exploração laboral, redução à condição análoga à de escravo, organização criminosa e outros delitos cor-



Mandados são cumpridos em cinco estados.

relatos”, informou a PF.

A apuração da PF revelou um esquema estruturado de recrutamento de vítimas por meio de redes sociais e plataformas digitais. Havia promessas de altos salários e

oportunidades de trabalho em empresas do setor de jogos online. No exterior, os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas, retenção de documentos, restrição de liberdade, vigilância armada e imposição de dívidas.

MATRÍCULAS ABERTAS 2026.1

Inscriva-se: sejaunisapiens.com.br



PF realiza incineração de entorpecentes apreendidos em Guajará-Mirim

A Polícia Federal realizou, nesta sexta-feira (12/12), a quarta incineração de entorpecentes de 2025 no município. Ao todo, cerca de 175 quilos de drogas foram destruídos, resultado de apreensões feitas em diferentes operações policiais ao longo do ano na região de fronteira.

A destruição do material ocorreu em local apropriado e atendeu a determi-

nações judiciais, com acompanhamento da Vigilância Sanitária, garantindo o cumprimento das normas ambientais, de saúde pública e de segurança. Todo o procedimento seguiu protocolos rígidos para assegurar a transparência e a correta destinação dos entorpecentes.

Segundo a Polícia Federal, a incineração representa a fase final do ciclo de repressão ao trá-

fico, evitando o reaproveitamento das drogas e eliminando riscos à sociedade. A ação reforça o compromisso das forças de segurança no enfrentamento ao tráfico de drogas, especialmente em Guajará-Mirim, área estratégica por estar na faixa de fronteira internacional.

A PF destacou ainda que operações integradas e contínuas continuarão sendo realizadas na



Após manobra para evitar colisão frontal, motorista perde controle e acaba capotando caminhonete com esposa e irmã dentro na BR-364.

região, com foco na repressão ao crime organizado, no controle de rotas do nar-

cotráfico e na proteção da população local.

Polícia Militar intensifica combate ao tráfico de drogas em Ji-Paraná



Destruição de 175 quilos de drogas reforça combate ao tráfico na região de fronteira.

O trabalho contínuo e atento da Polícia Militar no enfrentamento ao tráfico de drogas resultou em mais uma ação exitosa na madrugada desta segunda-feira, 15, durante patrulhamento de rotina no bairro Bela Vista. A atuação da equipe de rádio-

patrulha evidenciou o comprometimento da corporação com a preservação da ordem pública e a repressão qualificada à criminalidade.

Durante o patrulhamento, os policiais visualizaram dois indivíduos em atitude suspeita pa-

rados em uma esqui-na. Na abordagem, foi identificada uma mulher portando R\$ 100,00 em espécie, em notas fracionadas, que demonstrou nervosismo ao ser questionada. Após breve diálogo, ela confessou que aguardava a entrega de substância entorpecente, solicitada previamente por telefone.

O segundo abordado portava R\$ 50,00, também em notas fracionadas. A mulher informou ainda que o fornecedor da droga já era conhecido das equipes policiais. Pouco tempo depois, o veículo indicado aproximou-se do local, sendo realizada a

abordagem. Com o condutor foi encontrado um simulacro de arma de fogo na cintura e, no interior do automóvel, entorpecentes possivelmente do tipo pasta base, já fracionados e prontos para comercialização.

Diante das evidências, o suspeito confessou que a droga apreendida seria destinada à venda no valor de R\$ 150,00. Em continuidade às diligências, ele indicou seu endereço no bairro Araçá, onde foram localizados R\$ 3.810,00 em espécie, além de diversos objetos de procedência duvidosa, uma munição calibre .38 e outros materiais que

reforçam os indícios da prática do tráfico.

A ação prosseguiu com o deslocamento da equipe até um bar na área central da cidade, também apontado em denúncias como ponto de comercialização de entorpecentes. No local, foram encontrados documentos e objetos que vinculam o suspeito ao estabelecimento.

Todos os envolvidos, bem como os materiais apreendidos, foram encaminhados à Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP) para as providências legais cabíveis.



Primeiro torneio de basquete solidário, idealizado por iniciativa popular é realizado em Vilhena

Visando promover o esporte, o lazer e a solidariedade, a Prefeitura de Vilhena, por meio da Secretaria Municipal de Esporte (Semes), apoiou a realização do Primeiro Torneio de Basquete Solidário, idealizado por iniciativa popular e realizado no sábado, 13, na Praça Genival Nunes.

O evento foi disputado na modalidade basquete 3x3 e contou com a participação de oito equipes, sendo seis masculinas e duas femininas. Como forma de incentivo à solidariedade, as inscrições foram revertidas na arrecadação de cestas básicas, que serão

destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social.

No decorrer da ação, em razão das condições climáticas e visando preservar a integridade e a segurança dos atletas, algumas partidas previamente programadas precisaram ser transferidas para a quadra da Escola Municipal de Educação Infantil Chitosse Mochizuki Inaba, onde os jogos foram concluídos. A classificação final do torneio ficou definida da seguinte forma:

Equipes Masculinas
1º MIL
2º Sparta Kings
3º Black Panthers



Evento contou com apoio da Prefeitura e arrecadou cestas básicas por meio das inscrições.

4º Os Sem Joelho
5º Hoopers
6º Vilhena Kings

Equipes Femininas
1º PC
2º Red Squad

A iniciativa re-

força a importância da parceria entre o poder público e a comunidade na promoção de ações que incentivam a prática esportiva, o lazer e a solidariedade. Para o ano de 2026, está

prevista a realização de mais quatro campeonatos neste mesmo formato, ampliando o alcance do projeto e fortalecendo o esporte e as ações solidárias no município.

Atleta vilhenense conquista segundo lugar no campeonato nacional de jiu-jitsu infantil em São Paulo



Competidora de 11 anos foi campeã em 2024 e voltou ao pódio em edição realizada na capital paulista.

A atleta Maria Luiza Rabelo Vilhalba, de 11 anos, representante da Academia Legado, de Vilhena, conquistou o segundo lugar no Mundial Kids de Jiu-Jitsu, realizado

em São Paulo (SP).

A jovem competidora esteve acompanhada de seus pais, Rosângela Vilhalba da Silva e Luiz Carlos Rabelo de Lima, que dão suporte à

sua trajetória esportiva.

A competição foi disputada em dois campeonatos realizados na capital paulista. No ano passado, Maria Luiza conquistou o título de campeã, enquanto nesta edição voltou ao pódio ao alcançar o vice-campeonato, confirmando a regularidade de seus resultados em eventos de alto nível.

A atleta acumula conquistas expressivas em diferentes estados do país. Em

competições realizadas em Rondônia (RO), Mato Grosso (MT) e São Paulo (SP), Maria Luiza já garantiu primeiros lugares, além de segunda colocação em torneios disputados no estado paulista.

Os resultados refletem o trabalho contínuo desenvolvido pela Academia Legado e a dedicação da atleta, que segue levando o nome de Vilhena e de Rondônia ao cenário esportivo nacional, demonstrando evolução técnica e competitividade

ao longo de sua trajetória.

O desempenho no Mundial Kids reforça o potencial da atleta vilhenense, que segue em fase de formação, mas já se destaca entre as principais competidoras da sua categoria.

A expectativa é que, com a continuidade dos treinos e o apoio da família e da equipe técnica, Maria Luiza amplie ainda mais suas conquistas e consolide seu nome no jiu-jitsu brasileiro.